

DOMINGO, 14 DE SETEMBRO DE 1997

# Economia

## O NOVO SINDICALISMO

A estabilidade mudou a pauta de reivindicação do trabalhador. Começam novos debates sobre formas de combater o desemprego

# Setembro ganha tons de rosa

CARLOS FRANCO

**Setembro negro.** Esta expressão, usada nos anos de inflação alta para marcar a guerra entre capital e trabalho nos dissídios coletivos de duas grandes e organizadas categorias patronais e de trabalhadores – metalúrgicos e bancários –, perdeu o matiz depois do Plano Real. E este mês os ventos que sopram dos sindicatos e centrais sindicais estão mais para o rosa, com o qual é identificado o novo trabalhismo, que vem conquistando espaço em todo o mundo e chegou ao poder na França e na Inglaterra, do que com o negro do passado.

O próprio presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, garante que a pauta de reivindicações mudou. "A questão do emprego é cada vez mais preciosa. As pessoas não querem, não têm possibilidade de perder o emprego. E a briga é pela garantia do posto de trabalho e por benefícios sociais, mais até do que aumento de salário, embora isso seja importante para todo mundo", diz com espantosa sinceridade.

Como exemplo, Vicentinho cita um dos pontos da pauta de reivindicações que será apresentada hoje, em assembleia, a metalúrgicos do ABC: apoio para planos de habitação popular de trabalhadores. A ideia é a de que os metalúrgicos possam pagar prestações compatíveis com os salários para terem acesso à casa própria.

**Racha** – Agora, quando o assunto é redução da jornada de trabalho e assinatura de contratos temporários, Vicentinho vai para um lado e a Força Sindical, de Luiz Antônio Medeiros, para outro. "Se houver garantia de que o salário não será menor com a redução de jornada, tudo bem. Mas isso acaba não acontecendo e o trabalhador sai perdendo", garante. Já o argumento da Força Sindical é o de que os contratos temporários permitem a um maior número de trabalhadores a manutenção do emprego.

Discordâncias à parte, hoje tanto Vicentinho como Medeiros vestem o novo figurino do sindicalismo onde a palavra de ordem é uma só: negociar, negociar, negociar. Aproveitando este momento, o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, afirmou ao JB (leia entrevista na página 28) que o governo pretende enviar nos próximos meses ao Congresso a sua proposta de reformulação da legislação trabalhista, que prevê a livre negociação e abre espaço maior para a negociação.

Enquanto a nova legislação não vem, empresas e trabalhadores começam a agir de forma diferente na Justiça. O presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no Rio, Luiz Carlos Brito, já sentiu em números a mudança. No ano passado, 1,8 milhão de processos trabalhistas bateram às portas da Justiça, dos quais 300 mil no Estado do Rio. "E em 80% destes 300 mil processos houve acordo, o que dá mais velocidade à decisão", diz Brito. Outros 20% processos continuam na Justi-

ça. "Tem processos com até 33 recursos", lamenta.

Os maiores problemas são verificados entre as categorias que têm sindicatos fracos e não conseguem fechar acordos coletivos. E garante que o mesmo não ocorre com sindicatos fortes e preparados juridicamente para as negociações.

Só a representatividade não basta. Fernanda Carizio, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio diz que hoje "o interesse em preservar o emprego, mais do que salário, está desmobilizando a categoria e dificultando a assinatura de acordos coletivos melhores". Fernanda contou que, em sondagem feita pelo sindicato em Campos, cidade do Norte Fluminense, a preocupação com a manutenção do emprego aparece como a maior reivindicação, o salário veio em segundo lugar. "Houve, é verdade, uma mudança na pauta, tanto que outra reivindicação que tem aparecido com frequência é a de auxílio educação porque o bancário sabe que precisa se preparar melhor para os novos tempos".

**Queda** – O melhor exemplo dessa preocupação, diz Fernanda, são os números que indicam que há três anos o sindicato contabilizava 60 mil funcionários e hoje 40 mil, sendo que só no ano passado foram registradas 8 mil demissões.

Na indústria, a curva do aumento de produção também não é acompanhada pelo volume de empregos. Os números da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) dão conta de que em 1994 as montadoras empregavam 106.600 operários para uma produção de 1,581 milhão de unidades. E devem fechar este ano com uma produção de 2 milhões de automóveis (de janeiro a agosto foram 1,394 milhão) empregando até agora apenas 104.800.

Sheila Najberg, da equipe de economistas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, garante que não há possibilidade de reversão: "os empregos no setor formal e industrial da economia estão em queda e os sindicatos lutam para preservá-los, mas nada irá conter a automação e modernização nessa corrida global por custos". O economista da Pontifícia Universidade Católica do Rio (Puc-Rio), Edward Amadeo, faz coro: o futuro é o setor de serviços, incluído nos chamados *no tradeable*, que não podem ser comercializados. Os EUA já vivem essa situação, e lá a organização sindical avança nesse segmento e faz o trabalhismo ressurgir das cinzas.



Clide Zelazo, presidente da Stafford-Miller do Brasil: "Há uma fila de gente querendo trabalhar aqui e os nossos funcionários sabem disso"

